

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

ANII

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
PARA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
ENTRE A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E
A AGENCIA NACIONAL DE
INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN**

A **Fundação Oswaldo Cruz**, instituição da Administração Pública Federal, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, com sede na Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21040-900, Brasil, doravante denominada **Fiocruz**, representada por sua Presidente, Dra. **Nísia Verônica Trindade Lima**; e Agência Nacional de Investigación e Innovación, Av. Italia 6201 – “Edificio Los Nogales”, Parque Tecnológico del LATU, Montevideo, Uruguai, doravante denominada **ANII**, representada pelo seu presidente, Fernando Brum, neste Memorando, conjuntamente denominadas **Partes**;

Considerando:

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 12 de junho de 1975, bem como o Memorando de Entendimento para as áreas Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil, assinada em 30 de julho de 2010.

Decidem formalizar o presente Memorando de Entendimento, doravante denominado MdE:

Artigo Primeiro: Objetivo

As Partes estabelecem o presente Memorando de Entendimento (MdE) com o objetivo de definir, em comum acordo, as bases da cooperação internacional que pretendem desenvolver nas áreas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, comunicação, informação, gestão e políticas no campo da saúde em geral.

Artigo Segundo: Atividades

As Partes concordam em desenvolver atividades de cooperação dentre as listadas abaixo:

- Cooperação para o desenvolvimento institucional;
- Intercâmbio acadêmico de pesquisadores, especialistas e estudantes;

**MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO
PARA LA COOPERACIÓN
INTERNACIONAL ENTRE LA FUNDACIÓN
OSWALDO CRUZ Y LA AGENCIA
NACIONAL DE INVESTIGACIÓN E
INNOVACIÓN**

La **Fundación Oswaldo Cruz**, una institución de la administración pública federal, que depende del Ministerio de Salud de Brasil, con sede en la Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21040-900, Brasil, en lo sucesivo, **Fiocruz**, representada por su Presidente, Dra. **Nísia Verônica Trindade Lima**; y Agencia Nacional de Investigación e Innovación, Av. Italia 6201 – “Edificio Los Nogales”, Parque Tecnológico del LATU, Montevideo, Uruguay, en lo sucesivo **ANII**, representada por su presidente, Fernando Brum, en este Memorando, denominadas conjuntamente las **Partes**;

Considerando:

El Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República Oriental del Uruguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado el 12 de junio de 1975, así como el Memorando de Entendimiento para la Cooperación Científica, Tecnológica, Académica y de Innovación entre la República Oriental del Uruguay y la República Federativa del Brasil, firmado el 30 de Julio de 2010.

Deciden formalizar el presente Memorando de Entendimiento, en adelante referido como MdE:

Artículo Primero: Fines

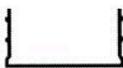
Las Partes establecen el presente Memorando de Entendimiento (MdE) con el objetivo de definir, de común acuerdo, las bases de la cooperación internacional quieren desarrollar en los ámbitos de la docencia, la investigación, el desarrollo tecnológico, la comunicación, la información, la gestión y las políticas en el campo de la salud en general.

Artículo Segundo: Actividades

Las Partes acuerdan desarrollar acciones de cooperación entre los enumerados a continuación:

- Cooperación para el desarrollo institucional;
- Intercambios académicos





c. Intercâmbio de informação e documentação técnica no campo da saúde;
d. Outras atividades que sejam de interesse comum.

Artigo Terceiro: Planos de Trabalho e Termos Aditivos

Para o desenvolvimento de qualquer das atividades amparadas no presente acordo deverão ser elaborados termos aditivos contendo planos de trabalho com o seu detalhamento.

Artigo Quarto: Recursos Financeiros

A assinatura deste MdE não representa obrigação financeira entre as Partes. As Partes se comprometem a buscar recursos para as atividades acordadas que poderão ser próprios ou de terceiros. Caso sejam definidas atividades ou projetos com comprometimento de recursos financeiros, deverá ser elaborado acordo específico para a sua regulação.

Artigo Quinto: Administração de pessoal

As pessoas vinculadas às instituições participantes neste MdE se regerão, em matéria de administração de pessoal, pelas disposições legais que sejam próprias às suas instituições de origem, de acordo com sua natureza jurídica, sem que adquiram vínculo trabalhista com a outra parte.

Artigo Sexto: Confidencialidade

6.1 As partes comprometem-se a manter a confidencialidade sobre quaisquer informações ou dados que possam ser compartilhados em qualquer atividade realizada no âmbito deste MdE.

6.2 Isto não se aplica quando tal informação (i) é ou se torne de domínio público sem qualquer quebra do segredo ou falha por parte da Parte Receptora, (ii) já era do conhecimento da Parte Receptora previamente à sua divulgação pela Parte Reveladora, (iii) seja desenvolvida independentemente pela Parte Receptora sem referência às Informações recebidas pela Parte Reveladora, (iv) tenha sido disponibilizada à Parte Receptora por qualquer terceira parte, (v) seja de divulgação obrigatória por força de qualquer lei ou regulamento aplicável, (vi) tenha a sua divulgação autorizada por escrito pela outra parte.

6.3 As obrigações das partes nos termos desta cláusula continuarão em vigor por cinco anos após a expiração ou término

investigadores, especialistas y estudiantes;

c. Intercambio de información y documentación técnica en el campo de la salud;

d. Otras actividades que sean de interés común.

Artículo Tercero: Planes de Trabajo y Adenda

Para el desarrollo de cualquiera de las actividades realizadas al amparo del presente acuerdo, deberán ser elaborados términos adicionales conteniendo planes de trabajo con sus detalles.

Artículo Cuarto: Recursos Financieros

La firma de este MdE no representa obligación financiera entre las partes. Las Partes se comprometen a buscar recursos para las actividades acordadas que pueden ser de ellos mismos o de otros. En caso que se definan actividades o proyectos con compromiso de recursos financieros, se debe preparar un acuerdo específico para su regulación.

Artículo Quinto: Administración de Personal

Las personas vinculadas a las instituciones que participan en este MdE se regirán, en materia de gestión de personal, por las disposiciones legales que son específicas de sus instituciones de origen, de acuerdo con su naturaleza jurídica, sin la adquisición de una relación laboral con la otra parte.

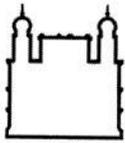
Artículo Sexto: Confidencialidad

6.1 Las Partes se comprometen a mantener la confidencialidad de cualquier informaciones o datos que se pueden compartir en cualquier actividad realizada en virtud del presente MdE.

6.2 Esto no se aplica cuando dicha información (i) es o se hace de dominio público sin ningún tipo de violación del secreto o error por la Parte Receptora, (ii) ya era conocido por la Parte Receptora antes de su divulgación por la Parte Reveladora, (iii) sea desarrollada independentemente por la Parte Receptora sin hacer referencia a la información recibida por la Parte Reveladora, (iv) se ha puesto a disposición de la Parte receptora por una tercera parte, (v) sea de divulgación obligatoria en virtud de cualquier ley o regulación aplicable, (vi) su divulgación sea autorizada por escrito por la otra parte.

6.3 Las obligaciones de las partes en virtud de esta cláusula permanecerán en vigor





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

ANII

deste MdE.

Artigo Sétimo: Propriedade intelectual

7.1 É vedada a divulgação por qualquer meio de qualquer informação técnica desenvolvida, bem como qualquer informação sobre os resultados dos trabalhos realizados no âmbito do MdE, salvo quando houver autorização prévia por escrito da outra parte.

7.2 O direito de propriedade, bem como a exploração dos resultados das pesquisas e atividades desenvolvidas conjuntamente no âmbito do presente MdE, patenteáveis ou não, deverá ser obrigatoriamente disciplinado através de termo aditivo.

7.3 A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos no subitem acima não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.

7.4 A publicação de resultados de atividades relacionadas a este MdE deverá mencionar o apoio recebido desta cooperação, indicar sua fonte de dados e autores.

Artigo Oitavo: Comitê Coordenador

As Partes estabelecem um Comitê responsável por coordenar a elaboração de programas; ser ponto focal das comunicações oficiais; e realizar o monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito do MdE. O Comitê será formado:

a. Pela parte da Fiocruz:

O Diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde, ou um representante por ele indicado; contato: +55 21 38851616, cris@fiocruz.br

Dr. Manoel Barral-Netto, pesquisador do Instituto Gonçalo Muniz – Fiocruz/BA; contato: +55 71 3176-2200; manoel.barral@fiocruz.br

b. Pela parte da Agencia Nacional de Investigación e Innovación:

O Secretario Ejecutivo, ou um representante por ele indicado; contato: +598 26004411, cooperacion@anii.org.uy

Artigo Nono: Solução de Controvérsias

As partes concordam que, se surgirem desentendimentos na aplicação ou interpretação deste MdE, procurarão resolver as ditas discordâncias por meio de

durante cinco años después de la expiración o terminación de este MdE.

Artículo Siete: Propiedad Intelectual

7.1 Queda prohibida la difusión por cualquier medio de cualquier información técnica desarrollada, así como cualquier información sobre los resultados del trabajo realizado en el marco del MdE, a menos que exista autorización previa y por escrito de la otra parte.

7.2 El derecho a la propiedad, así como la explotación de los resultados de las investigaciones y actividades desarrolladas conjuntamente bajo este MdE, patentables o no, serán regulados obligatoriamente a través de una enmienda.

7.3 La cesión a terceros de los derechos de propiedad que se refiere el inciso anterior no puede hacerse sin el consentimiento, formalizado por escrito a la otra Parte.

7.4 La publicación de los resultados de las actividades relacionadas con este MdE deberá mencionar el apoyo recibido de esta cooperación, indicar el origen de datos y los autores.

Artículo Octavo: Comité de Coordinación

Las Partes establecen un Comité responsable de coordinar el desarrollo de los programas; ser el punto focal de las comunicaciones oficiales; y llevar a cabo el seguimiento y evaluación de las acciones emprendidas en el marco del MdE. Se formará el Comité:

a. Por la parte de la Fiocruz:

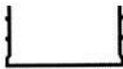
El Director del Centro de Relaciones Internacionales en Salud, o un representante designado por él; Contacto: +55 21 38851616, cris@fiocruz.br

Dr. Manoel Barral-Netto, investigador del Instituto Gonçalo Muniz – Fiocruz/BA; contato: +55 71 3176-2200; manoel.barral@fiocruz.br

b. Para la parte de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación:

El Secretario Ejecutivo, o un representante designado por él; contacto: +598 26004411, cooperacion@anii.org.uy





negociação direta no Comitê Coordenador. Caso em 60 dias, a partir da comunicação da controvérsia, não for possível encontrar uma solução que atenda a ambas as partes, a controvérsia será levada à conciliação por um ou mais conciliadores escolhidos de comum acordo. Caso em mais 60 dias não for resolvida a controvérsia, e seja inevitável levar a questão à justiça, qualquer controvérsia relacionada a este MdE se submeterá à jurisdição e às leis do país da parte demandada.

Artigo Décimo: Vigência e Prorrogação

A Vigência do MdE será de cinco anos, contados a partir da data de sua última assinatura. Qualquer das partes poderá rescindi-lo, informando a outra parte com um prazo não menor que três meses, sem prejuízo de atividades que estejam em curso. O MdE poderá ser alterado e prorrogado por decisão mútua por escrito entre as Partes, na forma de termos aditivos.

Artigo Décimo Primeiro: Assinatura e idiomas

Estando conforme e de acordo, as Partes assinam o presente instrumento em dois idiomas originais, português e espanhol, ambos igualmente válidos.

Artículo Noveno: Solución de Controversias

Las partes acuerdan que si surgen desacuerdos en la aplicación o interpretación del presente MdE, intentarán resolver dichos desacuerdos a través de la negociación directa en el Comité Coordinador. Si dentro de los 60 días a partir de la comunicación de la controversia, no es posible encontrar una solución que satisfaga a ambas partes, la disputa será referida a la conciliación por uno o más conciliadores, elegidos de común acuerdo. Si en 60 días no se resuelva la controversia, y es inevitable llevar el asunto a los tribunales, cualquier controversia relativa a este MdE será sometido a la jurisdicción y las leyes del país de la parte demandada.

Artículo Diez: Duración y renovación

La duración del MdE será de cinco años a partir de la fecha de su última firma. Cualquiera de las partes podrá darlo por terminado, informando a la otra parte con un periodo no menor de tres meses, sin perjuicio de las actividades que están en curso. El MdE podrá ser modificado y ampliado por decisión mutua por escrito entre las Partes, en forma de adendas.

Artículo Once: Firma y lenguas

Totalmente compatible y en acuerdo, las Partes firman el presente instrumento en dos idiomas originales, portugués y español, ambos igualmente válidos.

Em nome da / En nombre de la **Fundação Oswaldo Cruz:**



Presidente Nisia Verônica Trindade Lima

NÍZIA TRINDADE LIMA
Presidente
Fundação Oswaldo Cruz
SIAPE: 0463042

Em nome da / En nombre de la **Agencia Nacional de Investigación e Innovación**



Presidente Fernando Brum

Data da última assinatura / Fecha de la última firma: 28/06/2019

